



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Boletim conjunto de professores e funcionários,
das redes públicas estadual e municipal de SP
(Apeesp / Sinpeem / Afuse)**

Política operária

18 de fevereiro de 2021

Sem mudança de orientação e método da “greve sanitária”, governo vem impondo a volta às aulas

É PRECISO REORIENTAR A VANGUARDA PARA QUE NÃO PERMANEÇA ISOLADA

A vanguarda organizada e um contingente mais combativo de professores vêm sustentando a “greve sanitária” (boicote) há quase duas semanas na rede estadual e uma semana na do município de São Paulo. Se dependesse do acatamento majoritário dos professores, o movimento já estaria esgotado. A pedra no sapato do governo são os pais, que receiam enviar seus filhos às escolas.

Doria e Covas fizeram uma sistemática campanha nos primeiros meses da pandemia em torno à política burguesa do isolamento social. De todos os setores, a Educação foi aquele que mais cumpriu a bandeira do “Fique em casa”. Sabendo que seria um pilar das medidas de isolamento, o governador e o prefeito bancaram os salários dos trabalhadores da educação, cortando provisoriamente alguns direitos. Juntamente com a educação, determinadas atividades econômicas (indústria, comércio e serviço) também foram levadas ao isolamento. Isso custou aos trabalhadores demissões em massa e redução salarial. No entanto, uma outra parcela das atividades consideradas essenciais permaneceu ativa. O que obrigou milhões de trabalhadores a superlotarem os transportes coletivos e se sujeitarem a funções, que os tornavam vulneráveis à contaminação. Não demorou para que o governador adotasse a flexibilização do isolamento social. Apesar do palavreado em defesa da vida, a imensa maioria não teve outra alternativa a não ser retornar ao trabalho, custasse o que custasse.

A pandemia voltou ao cume da contaminação e mortes em todo o país e os governantes já não podiam levantar a bandeira esfarrapada do isolamen-

to social. Passaram a ludibriar com um fechamento aqui outro ali de certas atividades, logo suspenso. A expansão do coronavírus não foi contida. A decisão dos governos estaduais e municipais de reativarem o ensino presencial ocorre nesse quadro de descontrole da pandemia. A particularidade dessa atividade está em que envolve milhões de crianças e jovens. Não se sabe com precisão até que ponto o vírus letal tem como se propagar nessa faixa etária. O fato concreto é que a quebra do isolamento social em todas as atividades econômicas tornou insustentável para o governo manter o setor educacional inativo. A pressão dos capitalistas do ensino privado passou a ter um peso cada vez maior sobre o ensino público.

É necessário levar em consideração essa situação geral para se entender por que um boicote ao retorno às aulas nas redes estadual e municipal tinha pouca probabilidade de derrotar o plano do governo de “normalização”, ainda que gradativa. O motivo era e é imperioso, do ponto de vista sanitário. No entanto, o que decide não é a justeza da causa, mas a força social e política dos trabalhadores organizados e coletivamente dispostos para defendê-la. A resposta a esse problema começa por reconhecer que as direções sindicais e as correntes políticas a elas vinculadas se sujeitaram durante todo o tempo à política burguesa do isolamento social. Essa sujeição foi generalizada, dos sindicatos operários aos da educação; da CUT à CSP-Conlutas. A posição de que manifestações e assembleias presenciais contrariavam o isolamento social prevaleceu a tal ponto que as direções sindicais se refugia-

ram nas assembleias e protestos virtuais. Sem os meios próprios da luta de classes, o proletariado e demais explorados se viram desarmados para reagirem às medidas impostas pelo Estado burguês, que além de não os proteger da crise pandêmica, os empurrou para o abismo da crise econômica. O boicote dos sindicatos da educação é um reflexo de sua subordinação à política burguesa do isolamento social e um rompimento com Doria e Covas, no momento em que esses resolveram enterrar completamente o isolamento social, convocando professores e estudantes a retornarem às escolas.

A exigência de só voltar às aulas mediante a vacinação dos professores expôs por inteiro o corporativismo. O país está sujeito à guerra comercial e política das vacinas. Os monopólios ditam as condições e os governantes a seguem. A imensa maioria dos países mal começou ou nem começou a imunização. A informação é de que 70% de todas as vacinas estão nas mãos de 12 países. As condições científicas, industriais e financeiras existem. A limitação é estabelecida pelos monopólios, pelas potências e pela guerra comercial. Basta ver que, no Brasil, não se utilizou até o momento a capacidade produtiva do Butantan e Fiocruz, devido aos interesses dos monopólios farmacêuticos e às disputas políticas entre governo federal e governadores de alguns estados. O atraso da vacinação recai principalmente sobre a maioria oprimida, por onde deveria iniciar o plano de vacinação. Numa situação como essa, a direção do sindicato dos professores, em vez de travar a luta pela quebra dos monopólios, pela intervenção do Estado no sistema privado farmacêutico e exigir a vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis, pede proteção particular aos professores. Acaba, assim, seguindo o critério governamental das prioridades, para um quadro que não existem vacinas para uma ofensiva sanitária massiva.

Não há como defender os professores e estudantes sem travar a luta geral em defesa da maioria oprimida. E não há como usar a capacidade organizativa dos sindicatos, se não se apoiar nos métodos da ação direta e na democracia das assembleias presenciais. A coesão dos professores, funcionários, pais e alunos dependia e depende da compreensão política e social dos motivos que levaram os governantes a adotarem a diretriz da política burguesa do isolamento social e dos motivos que conduziram ao seu fracasso. Diferentemente seria se os sindicatos de professores trabalhassem desde o início contra a separação corporativa dos professores em relação aos demais trabalhadores. O que implicava enfrentar a política burguesa do isolamento social

com uma plataforma de reivindicações unificada, e organizar a luta contra as medidas de ataque do governo Bolsonaro, Congresso Nacional, governadores e burguesia às condições de existência e trabalho da maioria oprimida. O movimento dos professores tinha tudo para se despontar em torno às reivindicações sanitárias e econômicas, exigindo que as centrais, sindicatos e movimentos se levantassem contra as medidas burguesas do isolamento social. A acomodação dos sindicatos docentes no corporativismo desembocou no atual impasse. A tentativa de bloquear a decisão do governo de retorno às aulas sem a coesão organizativa e política dos professores é pueril e demagógica.

A direção da Apeoesp e a oposição seguidista pressentiram a gravidade de manter a vanguarda isolada, quando a maioria dos professores demonstrou que não vai assumir a “greve sanitária” e quando passou a depender quase que exclusivamente do temor dos pais em enviar seus filhos às escolas. A assembleia virtual do dia 12 decidiu por atos simbólicos, carreatas nos bairros, a ida daqueles que acataram a “greve sanitária” às suas escolas para ampliar o convencimento da importância do movimento e a constituição de comitês de fiscalização e vigilância, com professores, pais e estudantes, para notificar as condições das unidades escolares e acompanhar o avanço do contágio. Nessa mesma linha, se manteve a orientação de que os professores deveriam continuar com as aulas remotas (virtuais). Isso significa manter e acobertar a farsa de que as aulas e a aprendizagem pelo ensino a distância se realizava, apesar das limitações. Essa orientação reafirmou o corporativismo e a negação dos métodos da ação direta e da democracia sindical. A exortação à vanguarda que acatou a “greve sanitária” de ir às suas escolas para sustentar o boicote e, ao mesmo tempo, continuar ministrando o ensino virtual é o reconhecimento de que sem a luta presencial organizada não há como derrotar o governo. Ocorre que se trata de uma medida limitada, tardia e dependente da vontade individual. O palavreado esquerdista de formar os comandos e paralisar as escolas em funcionamento não passa de voluntarismo subjetivo.

Enquanto o movimento se sustentar sobre a base da virtualidade não terá como convencer os professores de que a luta é necessária não apenas na educação, mas em todas as atividades econômicas e camadas da população, que continuam a sofrer com a pandemia e suas consequências econômicas. Sem as assembleias e reuniões presenciais não há como reorganizar a vanguarda, que está garantindo o boicote, para dar um novo curso à luta.